

O PASTOREIO ESCRAVISTA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO PIAUÍ

Solimar Oliveira Lima*

Sociedades nascem com trabalho e mitos. As que se desenvolveram aos passos de rebanhos, não raro, são associadas a pouco trabalho e muitos mitos. O Sertão, por exemplo, é visto assim, desde que olhos do passado voltaram-se para além do litoral e deixaram as imagens descritas em relatos de viagens por estas plagas quando ainda eram apenas paisagens com gados dispersos e sem mais moradores. Para alguns destes viajantes, as terras ocupadas e as por serem desbravadas pouco exigiam do homem, porque pouco era necessário o trabalho humano. O autor desconhecido do *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí*, por exemplo, chegou a firmar que a sociedade sertaneja desconheceu o “horroroso trabalho de deitar grossas matas abaixo e romper as terras à força de braço”. Reduzido e dócil era o trabalho do homem que se limitava a vigiar e conduzir os animais. Sem trabalho e sem gastos monetários, o Sertão cresceu dada a disponibilidade de terras que fazia expandir os rebanhos, propriedades e a acumulação de capital. Neste contexto surgiu o Piauí, dependente do ritmo lento das passadas fatigadas dos animais pelas longas distancias que os separavam do cheiro da maresia.

Os relatos historiográficos sobre a pecuária sertaneja se repetem apresentando o cotidiano das fazendas centrado na criação de gado bovino e cavalari. O criatório extensivo, desenvolvido em grandes extensões de terras e dependendo quase que exclusivamente dos recursos naturais, requeria reduzida utilização de mão-de-obra. Durante muito tempo, diversos autores de renome, entre eles Capistrano de Abreu em *Caminhos antigos e o Povoamento do Brasil*, Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo* e Celso Furtado em *Formação econômica do Brasil*, sustentaram a incompatibilidade da pecuária e escravidão. Movidos por um discurso que beira a ingenuidade, acreditavam que as presenças de cativos montados em campos livres eram sinônimas de fugas, portanto de liberdade. Assim, nas fazendas, dentre a reduzida força de trabalho, predominaria os trabalhadores livres indígenas. Evidentemente, tratava-se de afirmações desprovidas de evidência empírica e total desconhecimento da força coercitiva da produção escravista. Alguns autores trataram de corrigir tais interpretações sobre as raízes da sociedade sertaneja. Luiz Mott em *Piauí Colonial* e Jacob Gorender em *O escravismo colonial*, por exemplos, apontaram a inadequação do discurso libertador de negros pastores. Baseados

em fontes documentais, os autores demonstraram que a pecuária no sertão se desenvolveu com base no trabalho escravo.

A produção historiográfica no Piauí não esteve imune ao processo de reprodução de idéias de valorização do trabalho livre e relativa desqualificação dos trabalhadores escravizados. No geral, apresenta-se a pecuária seccionada em dois setores de trabalho marcadamente delimitados pela condição dos trabalhadores. O trabalho mais próprio e gratificante ao homem livre seria o manejo dos animais nos campos, currais e nas boiadas remetidas para os mercados consumidores. O trabalho de montagem e conservação da infraestrutura requerida pelo criatório, o “trabalho pesado”, ficaria a cargo dos cativos. Mais. A existência de unidades produtivas particulares e públicas na então nascente economia deu margens a leituras variadas sobre o criatório e a utilização do trabalho escravo. Predomina a idéia de diferenciação de condições de trabalho e vida entre cativo público e privado.

Os viajantes Spix & Martius, em 1820, fizeram nascer a tese que havia excesso de mão-de-obra, ociosidade, ausência de disciplina e rigor do trabalho feito nas fazendas públicas. A opinião foi seguida, com maior ou menor denodo, por George Gardner (1839), José Martins Alencastre (1855), Odilon Nunes (1966) e Miridan Falci (1995). Esta última, em *Escravos do Sertão*, página 180, chega a fazer a seguinte afirmativa: “o mito das relações ‘brandas’, do trabalhador escravo vivendo livre pelas campinas atrás do gado, adviesse mais dessas fazendas nacionais [públicas], onde passaram Spix & Martius e Gardner e encontraram ‘sertanejos fortes e saudáveis advindos do uso constante de carne e do leite’. Tivessem passado nas fazendas de particulares suas impressões teriam sido diferentes em relação ao trabalho escravo. Usando uma expressão corriqueira, diríamos que esses escravos eram ‘escravos funcionários públicos’.”

Esta idéia de diferenciação de condições de trabalho e vida entre cativo público e privado é defendida também por Tanya Brandão (1999), em *O escravo na formação social do Piauí*. A autora aborda as relações sociais nas fazendas do Piauí, sem, entretanto, deixar de perceber os mecanismos repressores e violentos na manutenção da ordem escravista. Porém, salienta, na página 160, que “quanto ao tratamento dispensado ao escravo do fisco (público), ocorria fato interessante que provavelmente implicaria em forma menos

violenta”. A historiadora introduz, ainda uma outra tese sobre o cativo público: o grau de violência dependia dos locais de realização dos serviços. Parece consenso, na historiografia, as condições diferenciadas para os trabalhadores escravizados das propriedades públicas. Esta perspectiva baseia-se na visão de organização administrativa pública, e, sobretudo, nas convicções ideológicas sobre a formação social do Piauí.

A existência das fazendas públicas, assentadas exclusivamente sobre braços cativos, impediu que alguns autores negassem a participação dos trabalhadores escravizados na formação da sociedade piauiense. Diante de inegável fato histórico, as análises visam minimizar a participação da instituição servil e atenuar ou negar as contradições sociais que dela decorriam, imprimindo ao passado a marca da democracia e paternalismo sustentada nas condições de produção da pecuária. Concepções extremas de negação da realidade podem ser constatadas nos escritos de Odilon Nunes em *Pesquisas para História do Piauí*, (1974, p. 241) que afirma que no “Piauí o trabalho servil não era uma condição da economia” e de Carlos Eugênio Porto em *Roteiro do Piauí* (1974, p.144) ao constatar que “a abolição da escravatura não teve ressonâncias no Piauí. O vaqueiro, que nunca fora realmente escravo, continuou seu trabalho na fazenda.”

É farta a documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí sobre a importância da mão-de-obra escravizada na pecuária, bem como sobre a dominação e exploração de trabalhadores. Tendo como referência fontes históricas que retratam a realidade vivida pelos trabalhadores escravizados nas fazendas públicas, apresento algumas referências sobre o trabalho e os mecanismos de controle no pastoreio escravista piauiense. Nas fazendas, a mão-de-obra feminina era tão importante quanto a masculina. Ao lado dos homens e com a força dos braços, abria caminhos entre as matas e caatingas para que o gado se deslocasse pelos campos, chegasse a reservas de água e fosse conduzido com segurança às fazendas e currais. O trabalho na abertura de vaquejadouros iniciava-se na madrugada e estendia-se a longo do dia. O vaquejador, às vezes, conduzia o gado a um manancial aberto pelos trabalhadores, onde os animais podiam beber água em pequenas aguadas ou cacimbas.

As trabalhadoras também partilhavam com os homens a tarefa de construir cercas e currais. Em algumas fazendas as cercas e currais chegaram a ser

levantados com pedras, contudo predominaram as construções de madeira. A montagem e manutenção de vaquejadouros, aguadas, cercas e currais eram tarefas rudes onde aconteciam diversos acidentes graves, visto serem praticadas sem proteção quanto a ataques de animais, derrubadas de árvores, ferimentos e arranhões com galhos ou com os instrumentos perfurocortantes. O trabalho feminino no criatório ia além da montagem e manutenção da infra-estrutura indispensável ao pastoreio. As mulheres foram curraleiras e amansadoras de animais. As curraleiras eram responsáveis por manter os animais presos, cuidando de bicheiras, alimentando e fornecendo água em tanques, especialmente quando se tratava de bezerros separados das mães para desmama. As mulheres empregadas na tarefa de amansar animais lidavam nos currais e vaquejadouros adestrando poldros e cavalos para os serviços de campo, transporte de pessoal e cargas, bem como bois para serem empregados em carros.

Os homens dominavam cedo o processo de trabalho de importantes tarefas dentro do contexto da pecuária. Aos seis ou sete anos eram peadores e guias. Os peadores atuavam nos campos próximos às aguadas e pastos. O trabalho consistia em prender as patas, geralmente as dianteiras, dos cavalos, éguas e poldros com peias, uma espécie de algema feita com cordas ou couro trançado, que permitia restrita locomoção. O trabalho dos meninos guias era restrito às cercanias das fazendas a que pertenciam, diferindo de guias adultos que estendiam o raio de atuação a outras fazendas. A tarefa consistia em conduzir bois e cavalos nas pastagens, vaquejadouros e aguadas e tinha também a função de evitar arrancos ou desgarramentos dos animais. No geral, para as crianças, a tarefa de guia se confundia com a de tangedor, auxiliando nos deslocamentos dos animais, tocando-os com varas e aboiadas, cantos para guiar bois.

Os trabalhadores adultos eram vaqueiros, propriamente ditos. Entre eles havia uma estratificação interna que os diferenciava quanto às tarefas a serem executadas. O vaqueiro cabeça-de-campo era o trabalhador responsável pelo rebanho e dominava os pastos. Em cada fazenda havia apenas um cabeça-de-campo que era auxiliado por guias, tangedores e peadores. O trabalho nos campos exigia agilidade e força física, fato que provocava facilmente o desgaste da força de trabalho. Não raro os trabalhadores, são referidos nas fontes como homens "estragados pelo trabalho rude do campo", portadores de hérnias estranguladas, deslocamentos e deficiências provocadas por quedas e outros acidentes.

Como vaqueiros, os trabalhadores eram também responsáveis pela formação

mação das boiadas que se destinavam à comercialização. O gado era escolhido nos campos e reunido nos vaquejadouros de onde seguiam em longas viagens, especialmente para Bahia. Para o deslocamento da boiada, era comum o contrato de trabalhadores livres que auxiliados por vaqueiros escravizados garantiam o transporte dos animais com segurança. Depois de vendidos os animais em Salvador, os trabalhadores escravizados retornavam às fazendas de origem.

O mecanismo de controle dos trabalhadores escravizados validava-se em várias posturas administrativas. Uma delas assentava-se na presumida liberdade dada aos cativos, na livre circulação e deslocamentos nos campos, nas fazendas e também destas para as vilas. Liberdade, caracterizada por uma relação de confiança vigiada, que, em última instância, assemelhava-se às formas de controle vivenciadas pelos trabalhadores nas cidades e vilas. A administração delegava à sociedade a função de vigiar e controlar as ações dos cativos.

É exagerada a indicação na historiografia de maior liberdade para vaqueiros escravizados. Constitui-se, salvo engano um equívoco a comparação das lides campeiras com jornadas de outras unidades escravistas para indicar a falta de rigor do trabalho feitorizado e um modo de vida relativamente suportável. Rigor existia nos campos tanto quanto, por exemplo, nas plantações de cana ou café, e se manifestava como lhe era permitido, na necessidade de disciplina, respeito, submissão e castigos corporais. Um trabalhador escravizado de uma plantação não era diariamente submetido a agressões físicas; a violência manifestava-se quotidianamente, na exploração exaustiva do trabalho. Assim era a vida dos trabalhadores escravizados nos campos e nas fazendas.

"A produção historiográfica no Piauí não esteve imune ao processo de reprodução de idéias de valorização do trabalho livre e relativa desqualificação dos trabalhadores escravizados."

A suposta liberdade de trabalhadores escravizados nas fazendas era um recurso largamente utilizado na estabilização e manutenção das relações

escravistas, e era fruto de uma política administrativa de aparente valorização da subjetividade dos cativos que se tornou um eficaz instrumento de dominação. Neste sentido, a administração reprimia os abusos de uso de violência e incentivava as denúncias de maus-tratos. As autoridades, quando as queixas envolviam somente os administradores diretos das fazendas, reconheciam as causas das denúncias e, no geral, referendavam a alternativa de reação utilizada pelos trabalhadores, quando se tratava de fuga. Não havia punição para aqueles que, com o objetivo de fazer as denúncias, fugiam das fazendas procurando uma autoridade na cidade; abandonavam uma fazenda fugindo dos maus-tratos, ou procuravam alocação em outras fazendas.

Os trabalhadores, contudo, indicavam saber que as denúncias e as medidas paternalistas resultantes não resolviam seus problemas cotidianos. O enfrentamento ganhava, de forma automática, contornos de um confronto que resultava, invariavelmente, em ações mais contundentes. Por um lado, os administradores acirravam as exigências de disciplina, respeito e submissão valendo-se de coerção ao trabalho, ameaças e castigos. Por outro, os trabalhadores manifestavam reações de negação da opressão. Os dois processos de enfrentamento constituíam, portanto, um só movimento de resistência frente à dominação e violência da instituição servil.

A violência foi o mecanismo principal de controle dos trabalhadores nas fazendas. A violência efetivada ou latente garantia a dominação escravocrata, aguçava as contradições sociais e se reproduzia nas relações pessoais dos trabalhadores escravizados, que se mostravam indissociáveis ao contexto escravista. O território era marcado por permanentes tensões sociais. Neste contexto de rudeza e brutalidade das relações sociais, os trabalhadores buscavam variadas formas de sobrevivência frente à dominação, exploração e violência da instituição servil. Trabalharam lentamente, mostravam-se inábeis e preguiçosos, roubaram e furtavam, fugiam, praticavam homicídios e lesões corporais diante da coerção ao trabalho, da agressão física e das ameaças de castigos.

Ainda assim, a historiografia piauiense indica melhores condições de trabalho e vida para trabalhadores escravizados no pastoreio público. No próximo número do Informe Econômico trato da exploração de um subproduto da pecuária, a produção de carne salgada nas charqueadas escravistas no Piauí ●

*Solimar Oliveira Lima é professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Doutor em História pela PUCRS, Pesquisador do IFARADÁ/ Núcleo de Pesquisa sobre Africanidades e Afrodescendências